política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Classificação indicativa de desenhos bíblicos



TÂNIA MEINERZ/JC

Oito deputados federais, entre eles o gaúcho Carlos Gomes (Republicanos, foto), apresentaram requerimento cobrando explicações do ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, sobre a reclassificação indicativa do programa infantil "Record Kids - Desenhos Bíblicos". Em portaria recente, o governo alterou a recomendação da atração de "Livre" para "não recomendado para menores de 12 anos", citando a presença de "atos criminosos, drogas lícitas, violência e estigma".

Contexto Histórico

Os parlamentares argumentam que a restrição desconsidera o contexto histórico das narrativas sagradas e questionam se a medida não viola regras do próprio ministério, que vedam mudanças etárias motivadas por divergências religiosas. Além de alertarem para uma possível ofensa ao direito das famílias de educarem os filhos conforme suas convicções, os autores exigem a cópia integral do processo e o detalhamento de quais episódios específicos basearam a nova faixa etária.

Redução da maioridade penal

Uma nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que busca reduzir a maioridade penal no Brasil ganhou força no Senado Federal com a assinatura de 37 parlamentares, incluindo os gaúchos Luis Carlos Heinze (PP) e Hamilton Mourão (Republicanos). A matéria, encabeçada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), propõe baixar a imputabilidade penal de 18 anos para 16 anos como regra geral. A redação do texto prevê ainda um rigor maior: a redução para 14 anos nos casos de crimes hediondos, tortura, terrorismo, tráfico de drogas e envolvimento com organizações criminosas. Na justificativa, os autores argumentam que a ausência de uma resposta penal proporcional incentiva a cooptação de jovens pelo crime organizado e citam pesquisa do Datafolha, de junho deste ano, apontando que 79% da população brasileira apoia a redução da maioridade.

Primeira infância no México

O deputado federal gaúcho Osmar Terra (PL) viaja a Monterrey, no México, para participar neste sábado do 26º Encontro Internacional de Educação Infantil e Pré-Escolar. Único parlamentar brasileiro convidado para o evento, Terra integrará um painel sobre evidências e políticas públicas para o desenvolvimento integral das crianças ao lado de especialistas do Brasil e da Colômbia. O deputado foi o criador do programa Primeira Infância Melhor (PIM) quando comandou a Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, além de ser o autor do Marco Legal da Primeira Infância em âmbito nacional. Atualmente, ele articula no Congresso a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para garantir a proteção e os direitos fundamentais das crianças desde os primeiros dias de vida.

Mapa das inundações

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) lançou o novo Atlas de Risco a inundações da Região Sul. Os dados reforçam o alerta no Rio Grande do Sul. O Estado concentra o maior número absoluto de cidades ameaçadas por enchentes e enxurradas: 346 municípios, o que representa quase 70% do território gaúcho.

Deputados federais eleitos projetam nova legislatura

Parlamentares debateram eleição do próximo presidente da casa

/ CONGRESSO NACIONAL

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

Cinco deputados federais eleitos pelo Rio Grande do Sul participaram nesta quarta-feira da reunião-almoço Tá na Mesa, da Federasul, para debater os desafios da próxima legislatura e da bancada gaúcha. Alceu Moreira (MDB), Diogo Siqueira (PL), Gustavo Victorino (Republicanos), Pedro Westphalen (PP) e Rony Gabriel (Podemos) estiveram presentes. O diálogo foi conduzido pelo presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa.

Três dos políticos presentes foram eleitos para o primeiro mandato no parlamento federal: Siqueira, Victorino e Rony Gabriel. Já Moreira e Westphalen foram reeleitos para os mandatos que se estendem até 2030.

Os cinco são posicionados à direita no espectro político, e realizaram críticas ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reeleito à Presidência em 25 de outubro. As manifestações contrárias foram sobre questões fiscais da gestão petista, apontadas por eles como imprevisíveis, e aos gastos empenhados na reta final da disputa eleitoral, vistos pelos parlamentares como eleitoreiros.

Diante disso, Alceu Moreira afirmou que uma das possibilidades para os deputados da oposição é que eles embasem suas decisões e posicionamentos nas frentes parlamentares. "O que é possível fazer? O Parlamento, dos últimos anos para cá, construiu algumas frentes parlamentares que são orgânicas. Por que as frentes parlamentares são tão importantes? Porque elas permitem a oxigenação, a orientação dos parlamentares durante o mandato. Não fica aquele vazio em que tu votas e só vais reclamar do teu parlamentar na eleição seguinte", sustentou o emedebista.

Um dos temas mais abordados durante o evento foi a eleição para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado, ambas marcadas para 1º de fevereiro. Os deputados presentes se posicionaram criticamente aos atuais presidentes Hugo Motta (Republicanos-PB), da Câmara, e Davi Alcolumbre (União-AP), do Senado.

Na avaliação de Westphalen, a oposição precisa "ter um presidente do Senado independente, que não seja um vassalo do governo federal". "É lá, nestas discordâncias, nestas posições, para resgatar as funções do Parlamento federal, a nível de Senado e de Câmara, que talvez se comece alguma resistência. Mas nunca deixando de conversar, nunca deixando de dialogar", completou o parlamentar.

Já Victorino, que é do Republicanos, mesmo partido de Motta, afirmou que não votará no correligionário. Segundo ele, que atualmente é deputado estadual e tem aval da executiva estadual da sigla para ser independente em suas votações, "ou eles (Republicanos) me dão esta independência em Brasília, ou eles vão me expulsar, porque no Motta eu não voto". O parlamentar ainda completou dizendo que "se alguma coisa acontecer e houver a reeleição do Hugo Motta, os responsáveis são os nossos partidos", em referência às siglas dos deputados eleitos presentes.

Tratando da eleição à presidência do Senado, que atualmente tem três possíveis candidatos na disputa - Davi Alcolumbre, Tereza Cristina (PP-MS) e Rogério Marinho (PL-RN) -, Rony Gabriel defendeu uma alternativa à candidatura de Alcolumbre. "O que é necessário fazer neste momento? É necessário que, muito além de gritos, se tenha postura de conversa para buscar um novo nome, e possivelmente de centro, mas equilibrado no sentido de fazer com que pautas de fato avancem", disse.

Diego Siqueira, por sua vez, também se posicionou contra a reeleição de Motta à presidência da Câmara e abordou durante boa parte de sua fala no painel da Federasul aquela que é a sua principal bandeira política: a redução do que considera políticas assistencialistas, como o Bolsa Família.

"É entender que um país só vai ir para frente se a população toda estiver trabalhando, e quanto mais nós reduzirmos este assistencialismo gratuito, deixando apenas as pessoas que realmente precisam - mulheres com 3, 4 filhos que não podem trabalhar; um idoso que não tem ninguém para cuidar dele. Nós temos que ajudar essas pessoas, mas agora, um adulto, um homem sem filhos com saúde plena, essa pessoa não tem desculpa para estar em um programa assistencial do governo federal", defendeu o deputado eleito.

BOLÍVAR CAVALAR/ESPECIAL/JC



Deputados estreantes e veteranos participaram do Tá na Mesa, conduzido por Rodrigo Sousa Costa (ao microfone)